

GRUPAMENTO DE APOIO DO GALEÃO

Estudo Técnico Preliminar 35/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 67107.004757/2025-11

2. Descrição da necessidade

O Colégio Brigadeiro Newton Braga, reconhecido pelo Aviso nº 15 – GM3, de 31 de março de 1960, como Organização de Ensino Assistencial (OEA), de caráter assistencial e não filantrópico, pertencente ao Comando da Aeronáutica (COMAER), autorizada a funcionar pela Portaria nº 329 de 11 de junho de 1970, do Ministério da Educação e Cultura, subordinada à diretoria de Ensino da Aeronáutica, como fração isolada de Organização Militar, conforme Portaria nº 1794/GC3, de 1º de novembro de 2018, possui por missão institucional ministrar ensino regular no nível básico nas modalidades do Ensino Fundamental (EF) e Médio (EM), em consonância com a legislação federal de educação vigente, atendendo aproximadamente 1.200 alunos.

O Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB) tem como missão oferecer ensino de qualidade a seus alunos, garantindo acessibilidade e inclusão para todos, conforme os princípios constitucionais e normativos vigentes. Para atender adequadamente os alunos público-alvo da Educação Especial (com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento/Transtorno do Espectro Autista, Superdotação/Altas Habilidades) e com Transtornos Funcionais Específicos matriculados no CBNB, faz-se necessária a contratação de serviços de Agentes Técnicos de Apoio Educacional (Mediador), por intermédio de empresa especializada na prestação do serviço ora mencionado, para garantir o acesso, a permanência, a participação e aprendizagem dos alunos que possuem dificuldades significativas na comunicação, interação social, comportamentos e padrões restritivos e repetitivos entre outras condições coexistentes.

A necessidade da contratação fundamenta-se nos princípios da inclusão, equidade e acessibilidade, conforme disposto na Constituição Federal (Arts. 205 e 208), na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394/1996, em seu capítulo V, que trata da Educação Especial, no artigo 58, estabelece que a Educação Especial é “[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”, e acrescenta: “§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

A Resolução 2/2001 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, prevê o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desde a educação infantil. Cabe às instituições de ensino o atendimento às necessidades educacionais dos estudantes com deficiência, conforme instrui a mesma Resolução: “Os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação — incluindo instalações, equipamentos e mobiliário — e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários”

Na perspectiva de uma educação inclusiva, o artigo nº 208 da Constituição Federal de 1988 e a legislação vigente dispõem que os Sistemas de Ensino devem prover e promover recursos em sua organização, para o adequado atendimento educacional com qualidade para todos. Nesse sentido, a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no seu artigo 3.º, inciso XIII, assegura o direito de estudante com deficiência a “profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas”.

Salienta-se ainda que, em face do aumento expressivo no quantitativo de diagnósticos dos alunos público-alvo da Educação Especial aproximando-se de 10% do total de estudantes matriculados no CBNB e somente 2% de profissionais especialistas do corpo efetivo para a realização do atendimento individualizado que requer atenção dedicada, a contratação de Agentes Técnicos de Apoio Educacional visa suprir a necessidade educacional dos estudantes matriculados e daqueles que venham a ingressar no quadro discente do CBNB, bem como do conjunto de servidores que lidam diariamente com este grupo de pessoas e, com isso, dar continuidade aos atendimentos individualizados essenciais para a inclusão e o desenvolvimento da autonomia e habilidades acadêmicas e sociais desses discentes e fazer jus ao cumprimento, de forma inclusiva e equitativa, dos objetivos e missão da Instituição.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Apoio Multifuncional (SEAM)	Maj QFO Ass Refm AMÉLIA MARIA DA SOUZA CASQUEIRO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Natureza da Contratação

4.1. Os serviços que se deseja contratar são classificados como comuns e possuem natureza continuada pois não podem sofrer solução de continuidade, cuja execução deve ser acompanhada e fiscalizada pela Administração Pública. Ou seja, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.2. Caracteriza-se como serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra nos termos dos incisos do Art. 17 da IN nº 05/2017 e suas alterações, em virtude da necessidade constante da presença no posto de trabalhador no interior do órgão público.

4.3. Este serviço é necessidade perene, uma vez paralisada ela tende a acarretar danos não só à Administração, como também à população atendida pelos serviços proporcionados pelo CBNB. Trata-se de atividade que influencia diretamente na boa execução das funções da instituição e sua interrupção pode afetar o atingimento do objetivo institucional, caracterizado como serviço continuado.

4.4. Sugere-se a realização de licitação pelo Sistema de Registro de Preços, pois a contratação enquadra-se nas hipóteses do art. 3º, inciso V do Decreto nº 11.462/2023, e ainda, existe a dificuldade de se definir precisamente o quantitativo ideal a ser adquirido, sendo possível surgirem pedidos posteriores à necessidade atual levantada. Considerando a demanda desses serviços e ao mesmo tempo a necessidade de controle e racionalização do gasto público, o Registro de Preços apresenta-se como ferramenta comprovadamente eficiente na busca por melhores preços, mantendo-os registrados para uma futura e eventual contratação conforme a necessidade e disponibilidade de recursos orçamentários.

4.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Requisitos do Objeto

4.7. A prestação de serviço de Agentes Técnicos de Apoio Educacional para o Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB) deverá atender aos seguintes requisitos:

- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- Apresentar as Certidões de Antecedentes Criminais estadual e federal;
- Possuir fluência e habilidades técnicas na área de atuação contratada, que poderão ser comprovadas por declarações de ocupação na função, desde que devidamente atestadas;
- Apresentar capacidade física e mental para o desempenho da função;
- Ter boa comunicação interpessoal;
- Exercer com zelo e dedicação sua profissão;
- Saber trabalhar em equipe;
- Possuir a capacidade de procurar as respostas para as diversas situações que se apresentarem dentro de suas atividades;
- Ser assíduo e pontual ao serviço;
- Conhecer as atribuições da profissão no contexto educacional;
- Estar apto a executar todas as atribuições especificadas na contratação; e
- Respeitar as diretrizes e normas internas do CBNB bem como a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

Requisitos Técnicos

O Agente Técnico de Apoio Educacional deverá assegurar o direito à educação inclusiva, promovendo mediação e o suporte pedagógico, físico e comunicacional necessário aos alunos público-alvo da Educação Especial (com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento/Transtorno do Espectro Autista, Superdotação/Altas Habilidades) e com Transtornos Funcionais Específicos. Suas atribuições incluirão:

- a. Atuar no Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais e no Ensino Médio;

- b. Auxiliar os estudantes nas atividades de locomoção, higiene, alimentação, prestando auxílio individualizado aos que não realizam essas atividades com independência. Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência;
- c. Zelar pela disciplina dos alunos dentro e fora da sala de aula;
- d. Participar na construção, implementação e avaliação do Plano de Ensino Individualizado do estudante que acompanha;
- e. Contribuir com a ação docente, em relação aos processos do ensino e aprendizagem, propondo subsídios pedagógicos, com vistas à melhoria das aprendizagens dos estudantes;
- f. Executar atividades lúdicas e pedagógicas com as crianças de acordo com o planejamento;
- g. Trabalhar em conformidade com os princípios previstos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), PP (Projeto Pedagógico) e o Regimento Escolar em prol do desenvolvimento integral do aluno. Assegurar a efetivação dos direitos pertinentes à criança e ao adolescente, nos termos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- h. Atuar de forma articulada com os professores, supervisores, direção escolar, entre outros profissionais no contexto escolar;
- i. Estabelecer um ambiente acolhedor para as crianças com a finalidade de atender às suas necessidades pedagógica, afetiva e social;
- j. Participar dos encontros para planejamento das atividades pedagógicas e projetos, reuniões de pais, treinamentos, cursos, palestras, eventos e outras atividades que visem a formação continuada;
- k. Participar de eventos comemorativos na escola;
- l. Participar de reuniões com os supervisores ou diretores da escola e reuniões com os coordenadores dos Agentes Técnicos de Apoio Educacional; m. Manter atualizado todos os registros de sua responsabilidade;
- n. Acompanhar o estudante nos lugares onde ele estiver, nas atividades comuns e extraclasse, dentro e fora do ambiente escolar;
- o. Elaborar o planejamento e executar as atividades que serão realizadas pela turma em consonância com o PP (Projeto Pedagógico), BNCC (Base Nacional Comum Curricular);
- p. Participar na construção coletiva do Plano de Ensino Individual – PEI dos alunos que ele acompanha, juntamente com o(s) professor(res) regente(s), supervisor e equipe escolar;
- r. Realizar as adaptações pedagógicas necessárias para que o estudante com necessidades educacionais específicas desenvolva as habilidades de forma significativa;
- s. Atender às solicitações da direção escolar referentes a sua ação profissional;
- t. Apresentar-se na escola identificados;
- u. Executar outras atribuições correlatas.

Qualificação Profissional Exigida

A empresa contratada deverá disponibilizar Agentes Técnicos de Apoio Educacional que possuam certificação reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) em pelo menos uma das seguintes formações:

- Diploma, devidamente registrado, de conclusão do Ensino Médio ou Formação no Curso Normal de Professores fornecido por instituição de ensino credenciada pelo MEC e;
- Curso Técnico completo ou de Qualificação Profissional na área de Educação Especial, ou em Mediação Escolar reconhecido pelo MEC, com carga horária mínima de 180 horas e ênfase em práticas de mediação pedagógica e inclusão escolar.

Requisitos de Execução

- **Local:** Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB) - Praça do Avião, 1 - Ilha do Governador CEP: 21941-320 - Rio de Janeiro / RJ. O serviço será realizado nas dependências do CBNB, incluindo salas de aula, reuniões, eventos institucionais e outras atividades programadas, dentro e fora do ambiente escolar, conforme cronograma da Administração e sob orientação técnica de seus servidores, observadas as exigências e obrigações estabelecidas no Termo de Referência, especialmente referentes ao cumprimento dos requisitos exigidos, jornada e horários de trabalho, acesso a sistemas informatizados, normas e regras da instituição.
- **Horário:** O serviço será executado diariamente, de segunda-feira a sexta-feira, no horário compreendido entre 06h50min e 18h, com carga horária distribuída em qualquer turno (matutino e/ou vespertino), conforme necessidade da unidade. Os horários serão ajustados conforme cronograma previamente definido pela administração.
- **Intervalos:** Os intervalos intra e interjornada a serem observados na execução dos serviços contratados deverão obedecer ao disposto na legislação trabalhista vigente, em especial à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como às disposições previstas em eventual acordo,

convenção ou dissídio coletivo de trabalho aplicável à categoria profissional da contratada. Para o intervalo intrajornada, será concedido, preferencialmente, o horário compreendido entre 12h e 13h, ou, alternativamente, entre 12h35min e 12h45min, observadas as necessidades do serviço e a legislação pertinente.

- **Carga horária:** A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas em qualquer turno (matutino e/ou vespertino), conforme necessidade da Instituição. Os horários de trabalho são definidos pela CONTRATANTE conforme necessidade de serviço, à luz da legislação trabalhista vigente. Havendo a necessidade, as jornadas poderão ser modificadas, mediante prévia solicitação da contratante, por meio de ofício.
- **Relatórios Mensais:** O Agente Técnico de Apoio Educacional contratado deverá apresentar relatórios detalhando data, horário, local, nome do aluno e aspectos sobre o desenvolvimento acadêmico - social - comportamental do estudante, de modo a relatar seu quadro de evolução.

Demais Requisitos

4.8. A licitante contratada deverá ter capacidade técnica e operacional para prestar serviços de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas por meio de profissionais habilitados na área da Educação Especial que irão atuar como Agentes Técnicos de Apoio Educacional.

4.9. A licitante contratada deverá recrutar os profissionais e colocá-los à disposição do contratante para os serviços. Assim, a remuneração indicada na proposta da empresa deve ser adequada à seleção de profissionais competentes, que atendam as atribuições e requisitos de cada cargo, não cabendo, a qualquer tempo, alegar descumprimento do contrato por dificuldades no recrutamento dos profissionais.

4.10. A licitante deverá estar legalmente estabelecida e explorar ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação, além de atender os requisitos mínimos para habilitação previstos na legislação.

4.11. A contratada deve comprovar o cumprimento da reserva de postos prevista em lei para pessoa com deficiência ou reabilitada Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme inciso IV, Art. 63º da Lei 14.133/21.

4.12. A contratada deve priorizar o emprego de mão de obra de origem local.

4.13. As propostas de preços e os lances a serem ofertados pelos licitantes, além de estar compatível com o de mercado, deverão englobar todos os custos necessários, tais como: salário normativo da categoria profissional, impostos, tributos, custos, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, deslocamento de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do item.

4.14. A contratada deverá, juntamente com a contratante, organizar as férias dos agentes contratados de maneira que sejam usufruídas, preferencialmente, nos meses de férias e recesso escolares, de acordo com o calendário acadêmico da Instituição. Desta maneira, o impacto com a ausência do prestador de serviço, associado à ocorrência do recesso escolar, é mitigado, tornando desnecessária, em muitos casos, a alocação de substituto ao posto. Tal medida visa a economia dos recursos orçamentários e financeiros, uma vez que no período de férias/recesso não haveria a necessidade de reposição dos postos de trabalho.

4.15. A Administração poderá efetuar a redistribuição dos postos de trabalho ou, ainda, alteração do horário do funcionamento desses, de acordo com seu interesse. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA assegurar a prestação dos serviços durante os horários definidos pela CONTRATANTE.

4.16. A comprovação de que a contratação produz os resultados pretendidos pela Administração, será constatada através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), dos relatórios da fiscalização do contrato e do acompanhamento da execução no próprio local.

4.17. Em caso de divergência entre as especificações do objeto contidas no Catálogo de Serviços (CATSER) do SIASG e as especificações técnicas constantes no termo de referência, a contratada deverá prestar o serviço de acordo com o termo de referência.

Da vigência

4.18. O contrato de prestação de serviços vigorará por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, tendo validade e eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União. A vigência do contrato poderá ser prorrogada por período igual através de Termo Aditivo, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Sustentabilidade:

4.19. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e IN nº 01/2010 SLTI /MPOG:

4.19.1. **Acessibilidade e Inclusão:** Em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 4 – Educação de Qualidade e o ODS 10 – Redução das Desigualdades, o serviço contratado deverá seguir os princípios da acessibilidade e inclusão, garantindo igualdade de oportunidades aos alunos público-alvo da Educação Especial (com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento/Transtorno do Espectro Autista, Superdotação/Altas Habilidades) e com Transtornos Funcionais Específicos.

4.19.2. A execução dos serviços observará normas de responsabilidade social e valorização do trabalho decente e cumprimento dos direitos trabalhistas, conforme o Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), pelo Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial, e pela Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que estabelece diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica e a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

4.19.3. Tendo em vista que o serviço será prestado com fornecimento de mão de obra que ficará alocada nas instalações do CBNB, em observância ao inciso V, do art. 6º, da IN nº 01/2010 SLTI /MPOG, a Contratada deverá orientar seus empregados, inclusive através de programa interno de treinamento, a reduzirem o consumo de energia elétrica, de água, de energia elétrica, de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente, bem como orientar a diminuir a produção de resíduos sólidos com o intuito de mitigar os impactos ambientais, observadas as normas ambientais vigentes.

Subcontratação

4.20. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Validade da ATA de Registro de Preços

4.21. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da ata para o período de mais de um ano, desde que formalizada na vigência inicial da ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023. No ato da prorrogação, serão também renovadas as quantidades dos itens registrados, garantindo a continuidade do fornecimento conforme a necessidade da Administração.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para dimensionar o processo licitatório proposto, foram realizadas análises de contratações similares efetuadas por outros órgãos e entidades da administração pública, com o objetivo de identificar a existência de melhores práticas, novas metodologias, tecnologias ou inovações que possam melhor atender às necessidades da Administração. Desse modo, foram observados os seguintes tipos de solução:

1) Execução Indireta: Contratação de Agentes Técnicos de Apoio Educacional em regime de terceirização.

Este tipo de contratação engloba a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento da mão de obra exclusiva para apoio aos discentes que possuem necessidade de acompanhamento diário em decorrência de alguma necessidade especial. A contratação de profissional possibilita o atendimento conforme exigido na legislação educacional específica. Essa modelagem tem se mostrado difundida entre as instituições públicas.

Como exemplo, destacam-se os seguintes editais:

- Pregão Eletrônico Nº 90026/2025 - UASG: 158124 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano;
- Dispensa de Licitação Nº 90002/2025 - UASG: 158134 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe;
- Pregão Eletrônico Nº 90015/2024 - UASG: 158467 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense-RS Campus Pelotas;
- Pregão Eletrônico Nº 90033/2024 - UASG: 153010 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ - Campus Nova Friburgo;
- Pregão Eletrônico Nº 90036/2024 - UASG:158099 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia;
- Pregão Eletrônico Nº 90040/2024 - UASG: 153010 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ - Campus Valença;
- Pregão Eletrônico Nº 90026/2024 (SRP) - UASG 158121
- Pregão Eletrônico Nº 90009/2024 - UASG: 158139 - Instituto Federal Fluminense;
- Pregão Eletrônico Nº 90002/2024 - UASG: 158885 - Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Centro-Serrano; e
- Pregão Eletrônico Nº 90001/2024 - UASG: 158417 - Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Serra.

Neste modelo, as empresas contratadas responsabilizam-se integralmente pela alocação dos profissionais, com as devidas qualificações, necessários à realização das atividades objeto do contrato; devendo, ainda, arcarem com os pagamentos das verbas remuneratórias, indenizatórias e obrigações sociais de seus funcionários.

Ressalta-se que no quadro de pessoal do CBNB não dispõe dos profissionais com os conhecimentos técnicos e cargos efetivamente compatíveis com o atendimento necessário.

2) Contratação direta de servidores temporários para atender a demanda com base na Lei nº 8.745, de 1993.

A alternativa à contratação no formato apresentado seria a contratação direta de servidores temporários para atendimento da demanda. Esta, possivelmente, seria a solução ideal para a Instituição. No entanto, para a execução direta das atividades seria necessária a criação da especialidade Agente Técnico de Apoio Educacional no Quadro de Sargentos Convocados (QSCon TAE) pelo Comando da Aeronáutica e a realização de processo seletivo para Convocação e Incorporação desses profissionais com vistas à Prestação do Serviço Militar Temporário.

Desta forma, a alternativa em questão torna-se inviável pois demandaria muito tempo de espera pela contratação dos profissionais, tendo em vista que a proposta de criação da nova especialidade, que já está em andamento, deverá tramitar entre diversas Organizações do Comando da Aeronáutica até a sua aprovação e posteriormente a criação de um processo seletivo.

Além disso, tais profissionais são encontrados no mercado e eles podem prestar serviços através de empresas especializadas em terceirização de serviços, como demonstra o levantamento realizado em consulta de contratações similares por outras instituições.

5.2. Diante da análise das soluções potenciais percebidas, a opção pela contratação de empresa especializada para gerenciar a mão de obra necessária torna-se, neste momento, a mais viável, vantajosa e eficiente, pois proporcionará maior agilidade na captação de profissionais com as devidas qualificações necessárias à realização das atividades objeto do contrato, responsabilizando-se integralmente pelos pagamentos das verbas remuneratórias, indenizatórias e obrigações sociais de seus funcionários.

5.3. Durante a fase de pesquisa de preços, foi constatado que a maioria das contratações realizadas por órgãos da Administração Pública segue a modalidade do pregão eletrônico visando garantir a ampla participação, a transparência e o atendimento as normas vigentes.

5.4. Ante ao exposto, pelo levantamento de mercado realizado, verifica-se que há empresas no mercado que atendem às necessidades do CBNB.

5.5. A pesquisa de preços foi conduzida conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que estabelece os parâmetros para a realização da pesquisa de preços e formação do preço estimado da licitação e Instrução Normativa MPOG nº 05/2017:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

Art. 9º Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa.

5.5.1. Sendo assim, para a formação dos preços de referência do processo de contratação de serviços, sob demanda, de Agentes Técnicos de Apoio Educacional para acompanhar alunos da Educação Especial (com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento/Transtorno do Espectro Autista, Superdotação/Altas Habilidades) e com Transtornos de Aprendizagem matriculados no Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB), utilizou-se como metodologia o comando contido no Inciso II, Art. 5º, da Instrução supracitada. Dos 03 (três) preços obtidos, extraiu-se a média do preço, chegando-se então, ao preço referenciado para a confecção da Planilha de Custos e Formação de Preços do Anexo VII-D da IN 05/2017.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Considerando a necessidade imediata deste Colégio em contratar Agentes Técnicos de Apoio Educacional com vistas ao atendimento aos discentes público-alvo da Educação Especial e/ou com necessidades educacionais específicas e os requisitos específicos da contratação, a equipe técnica responsável pela elaboração deste Estudo Preliminar verificou às possíveis soluções disponíveis no mercado e julgou a contratação de empresa (pessoa jurídica) para o fornecimento da mão-de-obra exclusiva ser a solução mais eficaz e vantajosa.

6.2. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em terceirização de serviços que será responsável pelo fornecimento da mão de obra exclusiva de **até 35 (trinta e cinco)** Agentes Técnicos de Apoio Educacional (Mediador), cargo não existente na estrutura do COMAER, para acompanhar alunos público-alvo da Educação Especial e com Transtornos de Aprendizagem matriculados no Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB). O objetivo principal é garantir o acesso, a permanência, a participação e aprendizagem desses alunos, promovendo a inclusão e a equidade no ambiente escolar, conforme previsto na legislação vigente.

6.3. A contratação dos serviços será em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sendo exigido quanto à forma de prestação dos serviços que:

- a) O empregado da Contratada fique à disposição nas dependências do Contratante para a prestação dos serviços.
- b) A Contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e
- c) A Contratada possibilite a fiscalização pela Contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

6.4. A prestação dos serviços ocorrerá por jornada fixa, abrangendo aulas regulares, atividades pedagógicas complementares, reuniões institucionais e eventos organizados pelo CBNB. Os Agentes Técnicos de Apoio Educacional contratados atuarão presencialmente nas dependências da instituição, podendo, quando necessário, utilizar recursos tecnológicos para a realização remota de suas atribuições.

6.5. A empresa contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados, com formação reconhecida na área e experiência comprovada, garantindo a efetividade da comunicação entre alunos, professores e demais membros da comunidade escolar. Além disso, será exigida a apresentação de relatórios periódicos, assegurando a transparência e o monitoramento contínuo da execução contratual.

6.6. Dada a natureza contínua e variável da demanda, a contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, permitindo flexibilidade na alocação dos agentes conforme a necessidade da instituição. Dessa forma, a solução adotada visa assegurar a continuidade do suporte especializado, promovendo um ambiente educacional acessível e inclusivo, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 4 – Educação de Qualidade e o ODS 10 – Redução das Desigualdades.

6.7. Considerando que a presente contratação envolve a execução de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, verifica-se a necessidade de adoção de medidas mitigadoras de riscos, em especial no tocante ao cumprimento das obrigações trabalhistas e rescisórias devidas aos empregados da contratada, conforme dispõe a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, em seus artigos 35 a 41.

6.8. Entre as alternativas possíveis, a Administração opta pela **adoção da conta-depósito vinculada**, medida que se revela mais adequada diante das características da presente contratação, pelos seguintes fundamentos:

- **Segurança Jurídica e Financeira:** a conta vinculada assegura que os valores destinados ao pagamento de férias, 13º salário, verbas rescisórias e demais encargos trabalhistas sejam provisionados mensalmente, permanecendo disponíveis para o devido cumprimento das obrigações da contratada.
- **Mitigação de Risco de Inadimplemento:** em contratações com quantitativo expressivo de trabalhadores e prazo contratual de longa duração, a conta vinculada reduz significativamente o risco de descumprimento de obrigações trabalhistas, protegendo a Administração de eventuais responsabilidades subsidiárias.
- **Previsibilidade Orçamentária:** a sistemática de provisionamento mensal dos valores na conta vinculada permite melhor planejamento e controle financeiro, evitando surpresas ou necessidade de desembolso elevado em momentos de concentração de pagamentos (como férias coletivas ou término contratual).
- **Fiscalização Mais Eficiente:** a utilização da conta vinculada facilita a atuação do fiscal do contrato, que passa a acompanhar de forma sistemática os depósitos e liberações, em consonância com os parâmetros definidos pela Instrução Normativa, garantindo maior transparência e rastreabilidade da execução contratual.

6.9. Diante do exposto, a Administração entende que a **adoção da conta-depósito vinculada** representa a solução mais segura e eficiente para mitigar riscos relacionados ao inadimplemento de encargos trabalhistas, resguardando o interesse público, a proteção dos trabalhadores envolvidos na execução do contrato e o cumprimento da legislação aplicável.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Com base no quantitativo de alunos identificados como público-alvo da Educação Especial e com Transtornos Funcionais Específicos matriculados no CBNB que necessitam de mediação pedagógica em caráter de urgência, e em atenção à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), **a quantidade máxima a ser contratada será de até 35 (trinta e cinco)** Agentes Técnicos de Apoio Educacional (Mediador), de acordo com os requisitos de qualificação técnica exigidos neste Estudo Técnico Preliminar.

7.1.1. O método utilizado considerou a necessidade de ter a cobertura dos serviços especializados durante o horário de funcionamento do Colégio e na quantidade de alunos que necessitem de apoio especializado, que pode variar anualmente com novas entradas definidas pelos processos seletivos para acesso discente.

7.1.2. O número de postos disposto no item 7.1. é superior ao estimado para o ano. Isso porque a equipe de planejamento optou em incluir no processo todos os possíveis postos que possam vir a ser contratados, considerando que o contrato pode ser prorrogado em até 10 anos. Sendo

assim, a solução apresenta-se como uma garantia de que havendo necessidade, haja processo licitado que propicie a contratação do posto necessário. Como o pagamento se dará pelo serviço efetivamente prestado, não há que se falar em desperdício de recursos.

7.1.3. A quantidade de postos para início do contrato segue conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Agentes Técnicos de Apoio Educacional, 40h semanais	Postos	13

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.266.493,93

8.1. O custo estimado anual total da contratação é de R\$ 2.266.493,93 (dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e noventa e três reais e noventa e três centavos), levando-se em conta os valores presentes na Planilha de Custos e Formação de Preços anexa a este Estudo Técnico Preliminar, conforme orienta a IN 05/2017 MPOG

8.2. Para o cálculo do serviço objeto deste estudo observou-se o artigo 9º da IN 65 de 07 de julho de 2021, que diz:

Contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva

Art. 9º Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa.

8.2.1. Assim para o cálculo do preço de referência dos serviços objeto deste estudo foi elaborada a planilha conforme Planilha de Custos e Formação de Preços do Anexo VII-D da IN 05/2017.

8.3. Para o orçamento estimativo, não foram localizadas convenções coletivas de trabalho que se aplicassem inequivocamente ao profissional previstos nesta licitação. Assim, as empresas licitantes ficam obrigadas a respeitar os direitos do profissional que vier a ser contratado, aplicando a Convenção Coletiva de Trabalho - CCT aplicável à sua atividade preponderante ou conforme legislação e jurisprudência trabalhista brasileira.

8.4. Quanto à remuneração desse profissional, a Administração adotou remuneração que considera adequada ao recrutamento de profissional com a formação e competências exigidas neste Estudo. Utilizou-se na composição da Planilha de Custos e Formação de preços o valor do salário-base definido em contratações similares de outros órgãos públicos, conforme memória de cálculo, apensada à pesquisa de preços. Assim, utilizando a média dos valores encontrados, o salário-base estimado do profissional é de R\$ 1.926,27, considerando 40 horas semanais.

8.5. Dessa forma, como não existe Convenção Coletiva de Trabalho vigente na região para a categoria até o presente momento, os valores dos salários-base informados neste instrumento são sugestivos para a Licitante, cabendo a empresa por ocasião da sua proposta, verificar a existência de CCT vigente, se houver, ou no caso negativo, estipular o valor conforme legislação vigente e valores usuais de mercado.

8.6. As licitantes deverão apresentar as Planilhas de Composição de Custos e Formação de Preços com base em convenção coletiva de trabalho, se houver, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja obrigada, indicando em sua proposta à convenção coletiva de trabalho ou a norma coletiva a que esteja obrigada.

8.6. Os salários a serem pagos aos Agentes Técnicos de Apoio Educacional serão aqueles apresentados na proposta da licitante vencedora, e não poderão ser inferiores aos da norma coletiva a que a licitante estiver obrigada, devendo ser utilizado o salário mais benéfico ao trabalhador.

8.7. O valor mensal a ser percebido pela Contratada corresponderá ao número efetivo de Agentes atuando na Contratante durante a vigência contratual.

8.8 A Administração firmará contratos, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade e conveniência, não sendo obrigada a contratar a totalidade, nos termos da Lei 14.133/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação será licitada em um único item, não sendo viável a aplicação do princípio do parcelamento nesse caso, uma vez que a contratação prevê apenas um único serviço. É vantajoso para a Administração ter um único Contrato para o mesmo serviço, evitando-se assim custos administrativos e operacionais.

9.2. Parcelar a contratação em diversos lotes ou com múltiplos prestadores comprometeria a efetividade do serviço, fragilizando a necessária coesão e sinergia entre as etapas, visto que essa fragmentação geraria entraves à gestão eficaz do serviço, dificultando a comunicação, o acompanhamento e a avaliação das atividades e os custos com publicação, gestão, entre outros, seriam bem maiores.

9.3. Um contrato único com um único prestador não só simplifica o processo, mas também garante as vantagens listadas a seguir:

9.3.1. Fiscalização mais eficaz: A centralização da responsabilidade em uma única empresa facilita o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, otimizando o controle da qualidade dos serviços prestados e do cumprimento das metas estabelecidas.

9.3.2. Redução do custo administrativo: A gestão de um único contrato simplifica os procedimentos administrativos, diminuindo custos com burocracia, acompanhamento e comunicação.

9.3.3. Eliminação da duplicidade de trabalho: A centralização das atividades em um único prestador evita retrabalho, desperdício de tempo e recursos, otimizando a eficiência da gestão dos serviços prestados.

9.4. Diante do exposto, a contratação de uma única empresa, por meio de um contrato único, configura-se como a solução mais vantajosa, eficiente e segura, uma vez que essa modalidade de contratação permite a otimização dos recursos públicos, a qualificação dos serviços prestados e a dedicação do CBNB às suas atividades-fim. Esta justificativa fundamenta-se nos princípios da economicidade, da razoabilidade e da eficiência, buscando a melhor solução para este Colégio em consonância com a legislação vigente e as melhores práticas de gestão pública.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes, por parte deste Órgão, que guardam relação com o objeto pretendido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação estava originalmente prevista/atrelada à contratação de Agente de Integração de Estágios (prevista no PCA 2025). Porém, a equipe técnica de planejamento da Educação Especial junto à Administração julgou tal captação profissional inadequada, tendo em vista a possibilidade evidente da descontinuidade do atendimento especializado, visto que o estágio caracteriza-se como colaboração de serviço temporário.

11.2. Desse modo, considerando a importância da construção do vínculo afetivo e de confiança entre aluno-agente de apoio para o processo de ensino-aprendizagem, a respectiva modalidade divergiria da perspectiva inclusiva de educação. Neste sentido, diante do caráter essencial do serviço para a inclusão educacional e o cumprimento da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a Administração reconheceu a urgência e a relevância da contratação, assegurando a adequação às diretrizes legais e educacionais vigentes.

11.3. Anualmente, o Colégio Brigadeiro Newton Braga recebe inúmeras matrículas de alunos em todas as turmas, desde o 1º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio, independentemente de sua forma de ingresso, seja ela via concurso ou vagas remanescentes. No entanto, não há como prever neste número, a quantidade de estudantes público-alvo da Educação Especial e com Transtornos Funcionais Específicos que farão parte do corpo discente da referida instituição e que necessitarão de mediação escolar em sua vida acadêmica.

11.2. Outrossim, a ciência do CBNB acerca do diagnóstico dos educandos acontece, majoritariamente, no ato da matrícula. Todavia, há ainda aqueles que são observados durante o 1º Trimestre e iniciam investigação de possíveis transtornos, recebendo o laudo no decorrer do ano letivo.

11.3. Ainda nesse contexto, a impossibilidade de quantificar de forma exata o número de estudantes público-alvo da Educação Especial e com Transtornos Funcionais Específicos que farão parte do corpo discente, interfere diretamente no quantitativo de Agentes Técnicos de Apoio Educacional a serem contratados ao longo do ano letivo, fazendo-se necessária a adoção do sistema de registro de preços (SRP) para que as demandas por profissionais da área sejam atendidas conforme as necessidades venham a surgir.

11.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) possibilita flexibilidade na execução contratual e otimização dos recursos, garantindo a continuidade do serviço conforme a demanda da instituição. Além disso, a contratação está em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, assegurando economicidade, eficiência e transparência, contribuindo diretamente para a qualidade do ensino e o desempenho acadêmico dos alunos beneficiados.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a adoção da solução de contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Agentes Técnicos de Apoio Educacional pretende-se assegurar uma educação inclusiva e promover o pleno desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial e com Transtornos Funcionais Específicos do Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB), com a devida observância do que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que estabelece diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, pelo Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial e pela Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

12.2. A seguir, destacamos os principais benefícios que se espera alcançar com essa contratação:

- **Acessibilidade e Inclusão:** A contratação garantirá que os alunos público-alvo da Educação Especial e com Transtornos Funcionais Específicos tenham acesso pleno ao conteúdo pedagógico, promovendo a equidade no ambiente escolar.
- **Melhoria no Aprendizado:** Com a presença de Agentes Técnicos de Apoio Educacional qualificados, os estudantes poderão participar ativamente das aulas e atividades, favorecendo seu desenvolvimento acadêmico e social.
- **Atendimento às Normas Legais:** A medida cumpre as exigências da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e demais normativas que garantem o direito à educação acessível.
- **Otimização de Recursos Públicos:** A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) permitirá maior flexibilidade na alocação dos Agentes, garantindo a continuidade do serviço conforme a demanda e evitando desperdícios.
- **Eficiência Administrativa:** O modelo de contratação possibilita planejamento adequado e racionalização dos recursos, assegurando economicidade e eficiência na prestação desse suporte essencial.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não existem providências extraordinárias a serem adotadas para a presente contratação, além daquelas comumente adotadas em todas as contratações realizadas pela Administração e não haverá necessidade de adequação do ambiente deste órgão para implantação dos serviços deste estudo.

13.2 Sendo assim, as providências a serem adotadas são as elencadas a seguir:

- **Elaboração e Aprovação dos Documentos:** Finalizar a Justificativa da Contratação, Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR) e Edital, garantindo a conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.
- **Pesquisa de Preços:** Consolidar a pesquisa de mercado, fundamentada em contratações similares, cotações com fornecedores e bases governamentais, conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.
- **Publicação do Edital:** Encaminhar o edital para publicação no Compras.gov.br e demais meios oficiais, garantindo ampla divulgação para estimular a participação de empresas qualificadas.
- **Realização do Pregão Eletrônico:** Conduzir a sessão pública de lances, garantindo transparência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- **Adjudicação e Homologação:** Após a análise das propostas e habilitação do vencedor, proceder à adjudicação do objeto e homologação do certame, conforme os trâmites legais.
- **Gestão e Fiscalização do Contrato:** Designar responsáveis para acompanhar a execução do contrato, verificando o cumprimento dos serviços, qualidade dos intérpretes e entrega de relatórios periódicos, garantindo a efetividade da contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Deverão ser adotadas, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Os serviços prestados deverão, dentre outros, observar: Respeito às leis ambientais; Adotar práticas de sustentabilidade, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental; Uso de materiais recicláveis (quando possível); Uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos; Descarte adequado de resíduos; Logística reversa.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Após análise detalhada e considerando as necessidades identificadas pela área requisitante em consonância com os aspectos normativos pertinentes, esta equipe de planejamento declara viável e justificável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME, bem como a solução escolhida atende integralmente à demanda formulada. A contratação é não apenas necessária, mas também alinhada com os princípios de eficiência, economicidade e responsabilidade social.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

CARLOS EDUARDO BARROSO FRANCO

Ordenador de Despesas do CBNB por Delegação de Competência.

AMELIA MARIA DE SOUZA CASQUEIRO

Membro da comissão de contratação

DANIELLE PEREIRA DE MATTOS

Membro da comissão de contratação

NATHALIA ARAUJO MELLO

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar nº 35/2025
Data/Hora de Criação:	17/12/2025 18:27:31
Páginas do Documento:	11
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	12
Hash MD5:	4c930e55ec2545686e89c8dd7db97056
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DANIELLE PEREIRA DE MATTOS no dia 17/12/2025 às 15:34:03 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten NATHÁLIA ARAÚJO MELLO no dia 17/12/2025 às 16:20:06 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major AMELIA MARIA DE SOUZA CASQUEIRO no dia 17/12/2025 às 16:21:09 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel CARLOS EDUARDO BARROSO FRANCO no dia 17/12/2025 às 16:25:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento LINECKER DA CUNHA SANTOS no dia 12/01/2026 às 08:24:33 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap MARCELO ALVES DE MATOS TELLES no dia 12/01/2026 às 09:24:19 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO